

## Atuação de museólogos em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais em Minas Gerais

*Museologists performance in musealization or patrimonialization projects of cultural goods in Minas Gerais*

**Igor Cândido Costa**

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Coordenador do Núcleo Educativo e Cultural Museus Pampulha da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2021-8125>

E-mail: [igorcandidoc@gmail.com](mailto:igorcandidoc@gmail.com)

**René Lommez Gomes**

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professor do curso de Museologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

E-mail: [rene.lommez@gmail.com](mailto:rene.lommez@gmail.com)

**Eliane Cristina de Freitas Rocha**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professora adjunta da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

E-mail: [prof.lili.rocha@gmail.com](mailto:prof.lili.rocha@gmail.com)

### Resumo

Este artigo apresenta um estudo exploratório a respeito das possibilidades de atuação dos profissionais museólogos no campo do patrimônio cultural, fora dos espaços museais, em Minas Gerais. Contextualiza a profissão de museólogo como agente de processos de musealização e a patrimonialização em breve revisão bibliográfica e expõe resultados de uma pesquisa qualitativa, realizada com o emprego de entrevistas semiestruturadas realizadas junto a sete museólogos que já atuaram em projetos de gestão do patrimônio cultural no referido estado. Após a realização de levantamentos teóricos e da pesquisa de campo, concluiu-se que o museólogo tem relevante potencial para atuar como agente mediador de projetos de fortalecimento e preservação do patrimônio cultural de um povo, incorporando os valores da subjetividade e individualidade dos atores sociais nesses processos.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; museólogo; agente cultural; musealização; patrimonialização.

### Abstract

This article explores the potential performance of museologists in the cultural heritage field outside the museum setting, in Minas Gerais State, Brazil. It contextualizes, by means of a brief literature review, museologists as musealization and patrimonialization agents and presents results qualitative study conducted by semi-structured interviews with seven museologists who had worked on cultural heritage management projects. The theoretical review and research field conclude that museologists can potentially act as mediators in projects that enhance and preserve cultural heritage by incorporating subjectivity and individuality of social actors in these processes.

**Keywords:** cultural heritage; museologist; cultural agent; musealization; patrimonialization.

## 1. Introdução

A ideia de constituição de uma ciência empenhada no estudo dos museus foi o que definiu o campo da Museologia até meados do século XX. No percurso da formação dessa área do conhecimento, a ideia de uma “ciência do museu” esteve, inicialmente, associada à necessidade de constituição de um campo de reflexão sobre o espaço físico e institucional das coleções e dos museus, bem como dos processos de preservação dos testemunhos do passado que eles abrigam. Segundo a tradição francesa do pensamento museal, o campo teórico da Museologia construiu-se em oposição ao campo de execução das práticas de um museu, identificadas pelo conceito de “museografia” – uma perspectiva dicotômica do campo que não mais atende suas necessidades.

Historicamente, os museus e suas práticas – objetos de estudo da Museologia – desenharam-se como fenômeno de cariz elitista, desenvolvidos em espaços mais diretamente associados às elites políticas e culturais, costumeiramente associados à produção de conhecimentos ou de valores simbólicos. Essa conformação tradicional do museu cristalizou, no imaginário, a associação desse fenômeno ou instituição às imagens estereotipadas dos gabinetes de curiosidades, dos templos sagrados e dos espaços míticos de guarda e conservação de objetos que supostamente representariam a cultura material e a história social e antropológica de uma comunidade, por meio de diversas tipologias de artefatos.

Mas segundo a obra *Conceitos-chave de Museologia*

O termo “museu” tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio. A forma e as funções do museu variaram sensivelmente ao longo dos séculos. Seu conteúdo diversificou-se, tanto quanto a sua missão, seu modo de funcionamento ou sua administração (MUSEU, 2013, p. 64).

Em 1972, a Mesa-Redonda de Santiago do Chile<sup>1</sup>, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM), representou uma virada conceitual e epistemológica para a definição do que seria a Museologia e os museus, ao propor que essas instituições e o campo disciplinar dedicado ao estudo dos seus processos adotassem um compromisso com o desenvolvimento econômico

---

<sup>1</sup> Ver Cartas da convenção de Santiago do Chile do ICOM em 1972. Disponível em: <http://www.bermuseos.org/pt/recursos/documentos/declaracion-de-la-mesa-de-santiago-de-chile-1972/>.

e social das comunidades com as quais se relacionavam. Colocou-se em debate a busca por novas formas de atuação e por mecanismos eficazes para que esse tipo de instituição se constituísse enquanto “museu integral”, ou seja, que se deslocassem da perspectiva tradicional de museu para afirmarem-se como instituição integrada e adaptada às necessidades sociais locais e atuante como fator de mudança frente às desigualdades sociais instauradas em seu território. As mudanças propostas pelos intelectuais que integravam a Mesa espelhavam uma transformação no eixo articulador do pensamento museal que, lentamente, deslocava-se dos cuidados com a preservação dos vestígios materiais da história *per se*, para focar-se no papel social desses registros e das atividades desenvolvidas pelos museus; processo que culminou na alteração do conceito de museu.

A maioria dos países definiu o museu, pelos textos legislativos ou por meio de suas organizações nacionais, de formas variadas. A definição profissional de museu mais conhecida atualmente continua sendo a que se encontra nos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), de 2007: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”. Essa definição substituí, então, aquela que serviu de referência ao mesmo Conselho durante mais de trinta anos: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e seu meio, que ele adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite” (MUSEU, 2013)

De acordo com a Mesa de Santiago de 1972, essa nova postura preconizada para um museu define-o como “integral porque aborda aspectos além dos tradicionais, de modo a melhor atender às necessidades das pessoas e promover uma vitalidade cultural das sociedades às quais os museus pertencem” (Trampe, 2012, p. 103). Nessa direção, a preocupação com a salvaguarda do patrimônio cultural e com a participação da sociedade nas atividades culturais e museais proporcionaria uma nova percepção do papel dos museus e da Museologia frente às transformações sociopolíticas que estavam ocorrendo na América Latina. Daí em diante, foi demandada, de forma crescente, uma forte atuação dos profissionais de museus no sentido de promoverem intervenções em situações patrimoniais emergentes e ao largo dos processos de reconhecimento de bens culturais, envolvendo a sua presença nos territórios para mediar o trabalho das comunidades com os bens culturais locais, estivessem eles localizados dentro ou fora das instituições museais. A principal pauta em discussão era a afirmação do papel dos museus no desenvolvimento e progresso dos territórios, buscando-se criar formas de se oferecer serviços culturais capazes de mediar relações fora do espaço tradicional das instituições, tendo

em vista experiências positivas já levadas a cabo nas práticas latino-americanas (Nascimento Junior; Trampe; Santos, 2012).

Com isso, criou-se a ideia de que cada território com potencial de patrimonialização ou musealização demandaria ações de caráter individualizado, derivado de formas próprias de se elaborar, planejar, gerir, mediar o patrimônio cultural que resultariam do cruzamento de metodologias desenvolvidas por diversas áreas de atuação patrimonial fronteiriças à própria Museologia. Pode-se destacar, entre tais áreas, a da Educação, da Sociologia, da Antropologia e da Comunicação; campos disciplinares que configuraram métodos de preservação ou usos do patrimônio, guiados por várias óticas que, teoricamente, reverberariam os anseios da sociedade que é detentora da herança cultural (Cury, 2009).

Diante desse cenário, questiona-se: como tem-se dado a participação dos museólogos brasileiros em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais? Quais seriam as bases conceituais e metodológicas de sua atuação?

Este estudo tem como objetivo analisar a atuação e o papel desempenhado pelos museólogos brasileiros, especificamente os profissionais atuantes no estado de Minas Gerais, frente às demandas sociais por sua participação em processos de patrimonialização exteriores ao ambiente tradicional dos museus.

A partir das observações realizadas em trabalho de campo e por meio de pesquisa bibliográfica e documental, foi identificado que não há disponibilização pública de levantamentos de dados – seja por parte do Conselho Regional de Museologia da 2ª região, seja pela academia –, sobre a atuação dos museólogos como consultores ou como agentes culturais ativos nos diferentes municípios e regiões administrativas do estado de Minas Gerais. Tendo em vista que Minas Gerais é um dos entes federativos de maior relevância na preservação do Patrimônio Cultural do país tanto no aspecto qualitativo quanto no quantitativo (em número de projetos, bens e monumentos culturais patrimonializados), é de grande relevância, para o avanço do campo museal brasileiro, explorar a lacuna de conhecimento acerca da atuação do museólogo em projetos nesse estado.

## 2. Musealização e Patrimonialização

Segundo Cury (2009), a construção de uma tradição e uma identidade museal é composta pelo que podemos entender como um ternário: homem, objeto e museu. Nele, o espaço institucional do museu torna-se um “entrave” para a percepção do campo mais alargado de atuação do profissional conforme o pensamento da Nova Museologia.

De acordo com o museólogo Mário Chagas, um dos representantes desse pensamento:

Ao contribuir para a constituição e dilatação do domínio da cidadela patrimonial, o campo museal se vê igualmente forçado a uma dilatação e a uma reorganização dos seus próprios limites, especialmente a partir das suas práticas de mediação. Esse fenômeno, passível de ser observado após a Segunda Grande Guerra e as guerras coloniais, ganha ainda maior nitidez na década de 1980, com os desdobramentos na chamada nova museologia. (Chagas, 2009, p. 48).

O autor enfatiza a função dos museus como locais que promovem a imaginação, a criatividade e a materialização dos sonhos de uma sociedade. Além disso, por serem lugares de enquadramento e cultivo da memória, os museus tornam-se espaços contraditórios, eivados por disputas políticas e sensíveis às constantes transformações do tecido social. Por esse motivo, ao longo da história, os museus e o campo do patrimônio cultural são igualmente considerados como esferas de “memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação”, sendo possível perceber alguma sobreposição entre os processos de musealização e patrimonialização. (Chagas, 2009, p. 53)

O verbete sobre musealização da obra *Conceitos-chave de Museologia* problematiza que a musealização “designa o tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo de museu” (Musealização, 2013, p. 56). Do ponto de vista do campo disciplinar, a musealização corresponde à “operação de extração, física e conceitual, de uma coisa do seu meio natural ou cultural de origem, conferindo-se a ela um estatuto museal” (Musealização, 2013, p. 57). Ainda conforme o mesmo dicionário, a musealização corresponde a um princípio ou processo de mudança de estatuto de um bem cultural “que repousa essencialmente sob a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar” (Musealização, 2013, p. 57); esse processo é melhor descrito pela expressão “patrimonialização”, quando não se aplica a um objeto museal. A proximidade conceitual entre esses dois processos se torna mais explícita ao se levar em conta a proposição feita por Z. Stránsky de que a musealização não se resume à transferência de

objetos para os limites físicos de um espaço museal, centrando-se mais na mudança do estatuto do objeto, ao assumir o papel de evidência material do homem e de seu meio. Isso permite aventar-se a possibilidade de se musealizar um objeto situado fora do espaço físico e institucional de um museu, ao torná-lo alvo de processos de seleção, “*thesaurização*”, preservação, interpretação e exibição que promovam a mudança de seu *status* na sociedade e na cultura. (Musealização, 2013, p. 56-58).

Portanto, apesar de ser uma ferramenta específica do trabalho e do pensamento museológico, a musealização aproxima-se do processo de patrimonialização e agrega outras perspectivas de ação aos procedimentos protetivos preconizados por essa última. Além da manutenção física dos bens patrimoniais materiais ou da conservação das condições de manifestação do patrimônio imaterial, a musealização tem grande potencial para transformá-los, pois fundamenta-se sobre uma cadeia de operações ou interferências que preconizam o reconhecimento e a apropriação do bem, sua gestão e sua comunicação junto às comunidades ou aos territórios aos quais diz respeito.

É o domínio das ações e ferramentas integradas ao processo de musealização que dá importância à participação do profissional museólogo junto às comunidades, em atendimento a diferentes demandas por intervenção ou mediação na construção e conservação do seu patrimônio cultural. A partir dos câmbios mais recentemente operados no campo da Museologia, fazendo com que os museus e qualquer outro bem patrimonial fossem igualmente considerados como seu objeto de estudo e intervenção, os museólogos passaram a se apresentar como mediadores tanto dos fenômenos museológicos quanto dos patrimoniais. A afirmação reforça, ainda que teoricamente, o compromisso em se discutir o papel da Museologia como um campo do pensamento responsável por desenvolver ações que contribuam para uma compreensão integral das relações entre as pessoas e os bens culturais, bem como dos processos que permitam a sua salvaguarda e comunicação de forma a produzir informação e conhecimentos necessários à satisfação dos anseios da comunidade. Por isso, a associação entre os campos da Museologia e do Patrimônio Cultural é um dos problemas a serem enfrentados pelas esferas teórica e prática dessas áreas, na busca por novos paradigmas de promoção da salvaguarda da memória e da participação do museólogo na mediação dos processos de patrimonialização.

Nesse cenário, compreender a especificidade do conceito de patrimonialização adotado no Brasil é fundamental para pensarmos os possíveis caminhos para a atuação dos museólogos

nos processos de intervenção no Patrimônio Cultural local e no desenvolvimento das políticas patrimoniais que irão promover a preservação dos bens culturais no país. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014), órgão público brasileiro responsável pela preservação de bens culturais, o patrimônio cultural pode ser considerado um conjunto de bens que têm as seguintes características: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e das artes aplicadas (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014). Como forma de sistematizar cada bem cultural identificado, o Iphan faz uso dos Livros de Tombo (1938-2012), nos quais são inscritos os valores históricos, artísticos, arqueológicos e culturais de cada bem material. A cultura dos Livros de Tombo vem de uma tradição patrimonial de Portugal, que inspirou os agentes da cultura do nosso país como Gustavo Capanema, Mário de Andrade, entre outros intelectuais envolvidos com a preservação da memória nacional. A forte projeção dessa tradição sobre os intelectuais brasileiros acabou resultando, a partir do processo de idealização dos mecanismos oficiais de salvaguarda do patrimônio, na incorporação desse instrumento de identificação, registro e proteção legal para o trato do patrimônio cultural brasileiro.

A patrimonialização é um dos processos mais importantes para a preservação e a comunicação dos bens culturais. Segundo a autora Sandra Siqueira da Silva, “a patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural” (Silva, 2011, p. 109). Silva ainda destaca que, no Brasil, a Constituição Federal, no artigo 216, reconhece duas categorias de patrimônio cultural: material e imaterial e que a institucionalização do patrimônio cultural no Brasil ocorreu por meio da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. Mas é preciso lembrar que patrimonializar é diferente de tomba. O patrimonializar envolve, no caso do Brasil, a adoção de outras ações que ampliem ou corrijam a limitação do escopo do tombamento.

A musealização e a patrimonialização diferem entre si nas formas como produzem intervenções nos territórios, pois o uso de metodologias provenientes do campo museológico promove outros sentidos e ressonâncias de valores ausentes nas formas tradicionais de se preservar. A Museologia amplia os processos de patrimonialização, uma vez que preconiza ações que visam integrar a participação popular e comunitária nos processos de reconhecimento e de salvaguarda do patrimônio, evitando-se o centramento das discussões e intervenções na atuação de profissionais do patrimônio. Ela irá em busca de trazer soluções que visem atender

às demandas de preservação, exposição, comunicação a partir da mediação da relação da sociedade com o bem cultural. Trata-se de um pensar sobre o patrimônio que o considera como instrumento de desenvolvimento e de afirmação da identidade das sociedades locais, para que a cultura possa ser fortalecida como fonte de crescimento social, econômico e cultural de um território.

A distinção entre os processos mais corriqueiros de musealização e de patrimonialização manifesta-se nos momentos em que o profissional museólogo assume o compromisso de apoiar as comunidades na identificação e na atribuição de sentido ao patrimônio, além da adoção de novos usos, voltados para o crescimento e o desenvolvimento cultural local pela mobilização do elo que o patrimônio pode favorecer entre os moradores com o seu território. Essa postura diferencia-se de alguns processos de patrimonialização que, eventualmente, são reconhecidos como mero “congelamento” do bem e das dinâmicas que o produzem no tempo, em razão de seu registro ou tombamento por força normativa e desacompanhado de ações de mediação para sua ressignificação. A musealização desempenha um papel estratégico na gestão do patrimônio, pois visa promover um ambiente no qual a manutenção do bem cultural se torne sustentável por ser preservado e comunicado através do emprego de métodos que incluem o estudo situacional do bem por meio do diagnóstico museológico, a criação de planos gestão e outras possibilidades de apropriação social do bem que serão abordadas neste artigo.

### **3. Profissão museólogo: agente cultural do patrimônio no Brasil**

A legalização da profissão de museólogo é uma conquista nacional. A sua regularização, no território brasileiro, ocorreu pela Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, cuja aplicação é fiscalizada pelo Conselho Federal de Museologia e pelos Conselhos Regionais de Museologia. As funções dos conselhos são fiscalizar e auxiliar na resolução das demandas que surgem no setor museal, além de articular debates em prol da valorização do setor museológico e dos seus trabalhadores. Como forma de fiscalizar e garantir os direitos e a integridade desses trabalhadores, o Decreto nº 91.775, publicado em 15 de outubro de 1985, chancelou a criação dos Conselhos Regionais de Museologia (COREM) e, em seguida, do Conselho Federal de Museologia (2015a)

De acordo com a lei, é possível perceber a associação do museólogo com os diferentes cenários que formam a tônica da produção da cultura no Brasil, dos setores do folclore e da

música tradicional à arte contemporânea. As atribuições do profissional vão desde o trabalho no espaço tradicional de um museu, até o reconhecimento do seu papel nas ações que envolvam a mediação direta dos profissionais que guiam processos de preservação dos bens culturais com a sociedade. Suas ações, para além dos museus, têm ocorrido também nos Pontos de Cultura, Pontos de Memória, Associações Comunitárias de Bairros, Centros Culturais e Museus de Base Comunitária, EcoMuseus; nos Conselhos do Patrimônio Cultural aos níveis municipal, estadual e federal. Além disso, conta-se, ainda, com o desenvolvimento de projetos de inventário dos bens culturais municipais para fins de captação de recursos públicos, por meio de instrumentos como o ICMS (Imposto sobre Circulação de mercadorias e Serviços) do Patrimônio Cultural, entre outras possibilidades.

Logo após o fim do regime militar e a reforma da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, manifestou-se no país um novo incentivo para a investigação museal e a atuação desses profissionais no cenário cultural e patrimonial brasileiro. Surgiu, com a redemocratização, a necessidade de se reconfigurar o que se entendia pelo trabalho com a memória social, havendo a necessidade de se dar relevância e visibilidade às memórias clandestinas de indivíduos e comunidades que foram colocados à margem sob força do regime ditatorial; memórias estas que se mantiveram, por um longo período, subterrâneas nas narrativas museais e patrimoniais (Castro, 2007). Mas, mesmo no momento em que pulsava o sentimento transformador e libertador em parte da sociedade brasileira, o Ministério da Cultura (MINC) percorreu um caminho complexo, sofrendo com eventos adversos que foram da sua extinção ao rebaixamento da pasta a uma secretaria e também a desvalorização dos corpos técnicos dos órgãos vinculados ao MinC (IPHAN, Fundação Nacional de Arte – Funarte –, Agência Nacional do Cinema – Ancine – etc.) em um tempo marcado pela forte influência política e econômica neoliberal dos Estados Unidos, ao longo dos governos dos presidentes José Sarney (1985-1989), Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). Foi a partir desses períodos que foram criadas as leis de incentivo à cultura, por meio da Lei Sarney, no governo Collor, que se tornou a Lei Rouanet; e que hoje reconfigura-se como Lei de Incentivo à Cultura (Rubim; Barbalho, 2007).

A despeito das oscilações na afirmação da necessidade de intervenção do Estado nas condições da produção cultural no país, ao longo das décadas que se seguiram à virada para o século XXI, pode-se observar o crescente envolvimento dos estados e municípios na valorização e incentivo à cultura brasileira. Esse movimento ocorreu a partir do reconhecimento

da necessidade de proteção da cultura nacional e da ampliação dos processos de implementação das políticas públicas de cultura como garantia do progresso de uma sociedade democrática, promovida pelos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e da presidenta Dilma Rousseff (2010-2015).

Em Minas Gerais, as políticas culturais para o patrimônio destacam-se pelo fato de o estado ser um território detentor de um expressivo volume de bens culturais e instituições que se dedicam à salvaguarda e à comunicação do patrimônio, bem como pelos seus espaços museológicos que são referência nacional e internacional. Além disso, foi um estado modelo para o sistema de patrimonialização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Isso porque tem um amplo conjunto de cidades que foram declaradas de importância histórica para o país e que passaram pelos processos de tombamento, já que tinham os melhores exemplares dos bens culturais à época eleitos como de mais alto valor cultural e de importância nacional (Fonseca, 2005).

Dito isso, podemos citar a presença dos governos federal, estadual e municipal na descentralização do fomento e do acesso aos bens culturais. Uma das políticas de profunda relevância em uma sociedade desigual, que visa promover o elo entre o poder público e a sociedade civil, é o Plano Nacional de Cultura (PNC), criado em 2011 pelo Ministério da Cultura. Uma das metas e diretrizes gerais de aplicação desse plano que se destaca é a de número cinco, que estipula a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). A mesma lei preconiza que, dentro desse Sistema, deverá existir o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). É por meio dessa diretriz que se visa descentralizar os recursos públicos por meio da municipalização da cultura, isto é, tornar o incentivo à cultura mais próximo da vida das pessoas por intermédio dos governos estaduais e, principalmente, dos municipais.

Uma das políticas públicas para o patrimônio essenciais para que o museólogo possa atuar como agente cultural é o Programa ICMS Patrimônio Cultural, que está sob os cuidados do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). O órgão serve de referência no diálogo primordial com as instâncias municipais e federais perante o compromisso com o fomento, a preservação e a comunicação dos bens patrimoniais culturais mineiros. A entidade vem, ao longo de sua existência, auxiliando e promovendo ações fundamentais para o mapeamento e fornecimento de indicadores acerca do patrimônio mineiro,

buscando dar o devido incentivo às variadas manifestações, expressões e representações das culturas locais por meio do seu reconhecimento como herança cultural.

Assim sendo, o ICMS apresenta-se como uma interessante presença do estado na dinâmica patrimonial, uma vez que o vetor de ação da esfera estadual e federal é deslocado para a municipal. Isso faz com que esse tipo de política pública gere ações de forma mais descentralizada e trabalhos com o campo do patrimônio mais próximos das pessoas e articulados com seus anseios.

Os desafios ainda são muitos. As políticas públicas de cultura, tratando-se especificamente daquelas voltadas para o patrimônio, ainda necessitam de uma mobilização popular e dos profissionais envolvidos, para que se possa ampliar os debates em prol da valorização de ações de preservação dos bens culturais, que estejam alinhadas com os interesses da sociedade, para que sejam promovidos o bem-estar, não somente econômico, mas também social, cultural e educacional necessários à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O museólogo é o profissional com o compromisso de aproximar esse tipo de debate dos verdadeiros beneficiários dos fenômenos museais e patrimoniais: a sociedade. É um profissional que propõe observação e reflexão crítica quanto à sua importância frente ao trabalho com o campo da memória e, logo, com a preservação do que podemos entender como os bens culturais que são concebidos e reconhecidos ao longo da história como herança cultural (Bruno, 1996)

A resistência política e social do Brasil, que reverbera até os dias atuais, mostra a urgência por uma reformulação das políticas públicas brasileiras e a inserção da cultura como eixo central das discussões de um futuro em que se desenvolva consciência social e democracia plena, como um dos caminhos para que uma sociedade tenha compreensão da sua diversidade e do seu real potencial de transformação e união.

#### 4. Procedimentos Metodológicos

A investigação de campo assumiu a natureza de uma pesquisa qualitativa. Após a fase de levantamento e de revisão da bibliografia, o projeto foi submetido à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo sido aprovado no processo CAAE nº 56226222.0.0000.5149. A metodologia de pesquisa envolveu a criação de instrumentos de coleta de dados de pesquisa – roteiro de entrevista semiestruturada com dezesseis questões a respeito das práticas e experiências de atuação dos participantes (museólogos registrados em qualquer Conselho Regional de Museologia – COREM) em projetos de gestão do patrimônio cultural que envolveram ações de musealização ou de patrimonialização, e dos termos de consentimento livre e esclarecido para abordagem dos participantes.

A técnica para seleção dos participantes foi de bola de neve: depois de identificado o primeiro participante, os demais foram indicados pelos próprios participantes da pesquisa, procedimento adequado especialmente para pesquisas qualitativas, quando a identificação e acesso aos participantes da pesquisa são difíceis (Bockorni; Gomes, 2021). Foram realizadas sete entrevistas, entre os meses de abril e maio de 2022, com profissionais museólogos que atuam ou já atuaram na gestão do patrimônio cultural como agentes culturais em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais ocorridos em Minas Gerais.

A técnica de análise dos dados da entrevista foi a da análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (Souza; Santos, 2020): foi realizada a leitura flutuante das transcrições das entrevistas que, relacionada aos referenciais teóricos estudados e objetivos da pesquisa, levou à formulação das seguintes categorias de análise: percepções dos profissionais sobre os conceitos de musealização e patrimonialização; opiniões e percepções sobre a formação e preparo dos museólogos para atuarem nesse cenário; caracterização dos projetos de musealização e patrimonialização envolvidos na atuação dos profissionais, e dificuldades de captação de recursos para eles. Tais categorias guiaram a interpretação dos resultados da pesquisa, apresentados a seguir.

## 5. Resultados

### 5.1. Perfil dos participantes

Por se tratar de um estudo que visa compreender as práticas profissionais de cada museólogo, foi elaborado um roteiro de perguntas semiestruturadas que contemplaram questões sobre: perfil, formação, atuação profissional, percepções a respeito do conceito de musealização e patrimonialização, compreensão das aproximações ou diferenças entre a musealização e a patrimonialização, atuação profissional em projetos de gestão de bens culturais, indicações de referências teóricas e práticas para estudantes de Museologia que tenham interesse em atuar com projetos de gestão do patrimônio cultural e o relato final a respeito da contribuição do profissional museólogo para promoção e o desenvolvimento do patrimônio cultural mineiro.

No quesito perfil, é interessante destacar que forneceram dados à pesquisa quatro participantes mulheres (P1, P4, P5 e P6) e três participantes homens (P2, P3 e P7). Sendo que três mulheres declararam que se identificam como mulher cis branca e uma como mulher cis parda (P5). Houve dois homens que se identificaram como homens cis brancos e um participante, homem negro, disse que não adota tal definição. Nenhum dos participantes integra algum grupo ou coletivo de afirmação de identidade racial. Nas respostas a esse quesito, ocorreram momentos de dúvida entre os participantes, pois alguns sentiram dúvida se o questionamento era sobre a sua “identidade de gênero” ou sobre a sua “identidade sexual”. Isso denota, em um primeiro momento, um não conhecimento desses dois conceitos e, logo, a não participação de todos em grupos de identidade de afirmação de gênero, pergunta que também foi realizada.

A faixa etária dos participantes está compreendida entre 28 e 38 anos de idade, tanto para os homens quanto para as mulheres, sendo que apenas um participante alcançou a faixa etária dos cinquenta anos.

Seis entrevistados (P1 a P6) são graduados em Museologia pela UFMG e um entrevistado (P7) é graduado em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Apenas um entrevistado tinha outro curso de graduação que não era Museologia. Nesse caso, o participante relata que tem formação na área da saúde. Já os demais são formados em Museologia e se graduaram entre 2014 e 2018.

Os dados coletados no tocante à formação revelam uma informação importante para esta pesquisa: são entrevistados que se formaram em duas Instituições Públicas de Ensino que criaram o curso de Museologia há apenas dez anos, em decorrência do Decreto n° 6.096/2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (popularmente conhecido como o Reuni, MEC 2010, promovido pelo Ministério da Educação (MEC). Na UFOP, o curso de Museologia teve início no ano de 2009 (Universidade Federal de Ouro Preto, c2023), com a criação do Departamento de Museologia, na Escola de Direito, Turismo e Museologia. Na UFMG, o funcionamento do curso de Museologia deu-se a partir do ano de 2010, na Escola de Ciência da Informação. Ambos os cursos surgiram a partir da demanda social pela organização dos processos de capacitação de profissionais que pudessem atender à demanda de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural mineiro, fosse esse de natureza museal ou não; uma vez que Minas Gerais, “é um dos Estados brasileiros com o maior número de bens protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo a 3ª unidade da Federação em número de museus, com cerca de 320 instituições” (Julião; Garcia; Sabino, 2015, p. 3).

É importante explicar que esses dados são significativos, uma vez que os profissionais que atuam fora dos museus ainda são poucos e o próprio campo do patrimônio não se organizou para absorver essa mão de obra qualificada. A hipótese é que o volume patrimonial de Minas Gerais é tão significativo que o estado tem um dos serviços de proteção mais fortes do país, com o maior número de intervenções ainda reforçado pelo ICMS do Patrimônio Cultural, o que gera uma alta demanda por projetos de intervenção que poderiam empregar esses museólogos. Assim, nos questionamos: por que os profissionais do campo da Museologia não estão atuando junto ao patrimônio cultural não musealizado?

Cinco dos entrevistados têm formação no nível de especialização, em cursos *lato e stricto sensu*. Quatro têm formação em cursos de pós-graduação *lato sensu*, a saber: em Gestão de Empreendimentos Culturais (P2), Gestão do Patrimônio Histórico (P5), Educação Ambiental (P6) e Políticas Públicas e Direitos Humanos (P4). Apenas um tem formação em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, nas áreas de Ciência da Informação e História (P7) e o outro não tem aperfeiçoamento relacionado à sua atuação na área de Museologia ou do Patrimônio que, no caso, seria uma especialização *lato sensu* na área da saúde (P1).

A formação desses profissionais em diferentes cursos de pós-graduação revela o interesse e a necessidade de capacitação em áreas correlatas à especificidade da atuação que

cada participante desenvolveu ao longo do seu percurso profissional; sendo relatadas experiências mais frequentes em projetos de gestão de projetos de patrimonialização ou musealização de bens culturais. A relação da pós-graduação com os percursos no campo patrimonial denota uma necessidade de complementação dos conhecimentos adquiridos na graduação por parte dos museólogos. Em seguida, foi identificada a preferência pela escolha do fortalecimento da atuação no campo do patrimônio, com ênfase nos processos de gestão.

Todos os participantes têm registro ativo no Conselho Regional de Museologia da 2ª região e atuam na área de Museologia e Patrimônio. As atuações profissionais são das mais distintas e incluem: atuação como autônomo em empresa própria especializada em consultoria de Museologia e Patrimônio; como servidor público em Museu Público Municipal; como servidor público estadual em Órgão Público Estadual; como CLT em instituição museológica privada; como bolsista técnico em uma Instituição Científica Federal; como CLT em Museu Privado; e como Professor Universitário por contrato em uma Universidade privada. As áreas temáticas desenvolvidas pelos participantes giram em torno da ciência e tecnologia, história, política e religião.

Seis participantes residem em Belo Horizonte (P1, P2, P4, P5, P6, P7) e um (P3) reside na cidade de Paracatu, em Minas Gerais. Todos estão atuando nas cidades em que residem. A carga horária desses profissionais é, em média, de quarenta horas semanais, sendo que os participantes 1 e 2 atuam por mais de 45 horas semanais, como profissionais autônomos.

Como forma de investigar a atuação dos profissionais museólogos em projetos de gestão, patrimonialização ou musealização de bens culturais, esta pesquisa buscou obter dados sobre suas percepções acerca da composição teórica e prática das suas atividades relacionadas ao patrimônio cultural. Um dos pontos analisados foi a forma como eles percebem e operam o conceito de musealização.

No decorrer deste estudo, foi feita uma revisão bibliográfica que coloca em pauta uma discussão que questiona como o campo científico e prático pensa o conceito de musealização, e como os participantes percebem e utilizam esse conceito ao longo de suas intervenções. Dentro dessa temática, discutiu-se a respeito da proposição de configurações dentro da Museologia aplicada à interpretação, função e exposição de objetos que tenham valor histórico, científico, cultural e artístico, e como acontece a operacionalização desses valores por meio de ações específicas. Algumas palavras-chave foram recorrentes nas entrevistas, o que nos ajudou

a refletir sobre o termo musealizar como um conceito: gerir, ressignificar, transformar, identificar e tornar um objeto que tenha valor e submetê-lo a processos de intervenção que envolvam a preservação, exposição e comunicação que fazem parte da Museologia.

Conforme afirma a participante 1, “a musealização é o ato de tornar uma coisa, um objeto, um assunto, um tema disponível. Levar esse conjunto de coisas, de temas, de objetos para dentro de um espaço, seja ele virtual ou físico, e transformar em público dentro de uma narrativa construída”.

Com isso, pontua-se que todos os participantes tiveram percepções concordantes do conceito e das formas de se realizar a musealização, considerando-a como um mecanismo legítimo e diferenciado de tratamento da informação e de gestão do bem cultural a ser reconhecido e inserido em um ambiente museal.

Além disso, observou-se que as noções e percepções do conceito e das formas de operacionalizar a musealização estão de acordo, por parte dos participantes: é um mecanismo legítimo e diferenciado no tratamento da informação e da gestão do bem cultural a ser reconhecido e inserido em um ambiente museal, mas não foi citado de forma tão clara o seu uso em ambientes fora do espaço tradicional do museu, mesmo que indiretamente citado pelos entrevistados.

Isso, portanto, promove a reflexão a respeito de outro conceito que pode estar envolvido nesse campo de trabalho, o que ocorre em torno da salvaguarda das chamadas heranças culturais, que é a patrimonialização (Bruno, 2010). A patrimonialização é entendida pelos participantes como um ato público e com fins jurídicos que irá resguardar o bem cultural em foco. De acordo com eles, esse conceito está relacionado com as seguintes palavras-chave: reconhecimento comunitário, apropriação, procedimento legal, atribuição de valor em decorrência de ato público, entre outros.

As percepções dos participantes, no que diz respeito ao ato de reconhecimento e do valor de determinado bem cultural, colocam em pauta a questão de como tal intervenção vem sendo realizada pelos profissionais de museus e do campo do patrimônio, uma vez que foi citada a necessidade de ser configurada a participação popular em processos de reconhecimento das características culturais, sociais, científicas e históricas, entre outras que estão presentes em um bem ou expressão cultural.

Segundo a participante 4:

A patrimonialização, eu acho que ela pode impulsionar a musealização, mas elas não são a mesma coisa. A patrimonialização, eu vejo mais como um procedimento legal mesmo, né? Nos termos de algo ser tombado, ser reconhecido como patrimônio, não necessariamente só pelos órgãos governamentais, como o IEPHA/IPHAN ou diretorias de patrimônio, mas o reconhecimento também que é ali da sociedade civil. Acho que é atribuir valor a um objeto, a uma edificação, um reconhecimento mesmo histórico, cultural, social, um valor ali patrimonial.

Dessa forma, as estratégias de musealização são reconhecidas pelo potencial de auxiliarem as ações de patrimonialização, uma vez que é por meio do trabalho de reconhecimento e de guarda do patrimônio que se pode produzir o alargamento da identificação, da mediação e da ação humana em destaque, conforme afirmou a participante 4.

Para que tais ações sejam incrementadas, os participantes relataram as suas compreensões sobre as diferenças ou aproximações entre a musealização e a patrimonialização. Os registros das entrevistas identificaram que, no geral, há convergência entre a visão dos participantes e a hipótese levantada pela pesquisa, em que se aponta a presença de diferenças relacionadas ao ato de patrimonializar, configurando-se em um formato tradicional do recurso à seguridade legal do bem cultural, enquanto a musealização busca trazer para o bem uma perspectiva que possa ser de fruição, de mediação e de uso do patrimônio como fator de comunicação, preservação e exposição.

De acordo com a revisão bibliográfica realizada neste estudo (Bruno, 2010; Cury, 2009; Fonseca, 2005, Guarnieri, 2010, Scheiner, 2012, etc), foi possível observar os percursos conceitual, teórico e prático que estão presente nas ações de musealização e patrimonialização em museus e nos patrimônios culturais, principalmente nas ocorridas no Brasil. Com isso, foi perguntado aos entrevistados quais eram as suas percepções quanto às diferenças, aproximações e semelhanças entre esses dois conceitos. A fala do entrevistado 1 apresentou pontos importantes de serem destacados quanto à apropriação do bem cultural que está em processo de reconhecimento por meio da musealização ou da patrimonialização. Os diferentes métodos presentes em tais ações colocam a necessidade de os profissionais de museus e do patrimônio estarem em contato constante com a comunidade, para que aconteça, de fato, a valorização e a salvaguarda do patrimônio. O participante 2 alarga a discussão com a seguinte reflexão:

Sim, existem algumas diferenças. Eu penso muito mais na musealização como uma ação, e a patrimonialização, mais como ato legal. Eu penso na patrimonialização mais focada no ponto legal, de isso estar tombado e estar escrito em algum livro de tombamento, e ser um patrimônio na parte mais legal. E a musealização enquanto ação de um profissional de museus, da Museologia, sobre algum aspecto, sobre algumas

questões, até mesmo sobre algum objeto. Eu não entendo a musealização muito como criação de museus, eu acho que isso já teria mais uma carga de gestão e criação e planejamento... e criação.

A colocação do participante 2 refere-se à mudança na situação legal do bem cultural. A patrimonialização, ao ser interpretada por outros entrevistados, também foi apresentada como processo em que o bem cultural é institucionalizado e se torna um item a ser preservado por força da lei e com o aval do poder público. São instituições como o IPHAN, em nível nacional, as Diretorias e Conselhos de Patrimônio Cultural, em nível municipal, e o IEPHA, em Minas Gerais, que estão a cargo da proteção jurídica e legal das diferentes formas e expressões culturais que se configuram como patrimônio cultural material e imaterial. Além disso, é possível pensar na diferença de atuação dos profissionais do patrimônio e dos museólogos, uma vez que, de acordo com o participante da pesquisa, a atuação dos primeiros ocorre mais pela classificação do patrimônio e a sua salvaguarda por via dos instrumentos legais do patrimônio e do controle da conservação, ao passo que os museólogos priorizam a gestão e a produção de significados como mecanismos de valorização, que desaguam na preservação. Esses processos, centrais para os museólogos, podem ser ancilares para muitos profissionais do patrimônio; que, por vezes, os entendem como um tipo de “educação patrimonial” que não tem efeito prático algum. Logo, o participante 2 propõe que criar valor e gerir o patrimônio cultural é o ponto chave que diferencia a atuação dos diferentes profissionais envolvidos com o patrimônio.

A musealização pode ser entendida como um método que irá corroborar para a defesa do bem cultural e, também, como um ato que pode ocorrer em contato com a comunidade, indo além dos processos de gestão de museus, envolvendo a criação e a devida institucionalização de um espaço museal.

Para a participante 6, existem semelhanças:

Eu vejo aproximações. Eu não saberia dizer se a musealização está indo contra. Contra, no sentido assim, ela... A musealização não tangencia a patrimonialização. Eu acho que tá o tempo inteiro, uma seguindo ao lado da outra, embora a musealização ainda seja um pouco mais restrita do que a patrimonialização. O curso de Museologia deveria ser chamado de patrimonialização. Um texto que a gente chegou a ler, que fala sobre isso, que a Museologia está em processo, e eu acho que está em processo para poder chegar nessa essa abrangência do que é falar sobre patrimônio.

A observação feita pela entrevistada demonstra a necessidade de se repensar o curso de Museologia enquanto disciplina que atua em prol do patrimônio. A musealização pode ser considerada um caminho para que a Museologia se aproxime das instâncias oficiais de proteção do patrimônio cultural e proponha diálogos e ações que visem promover a salvaguarda integral

dos bens culturais, a mediação de conflitos e interesses da sociedade quanto aos usos dos bens culturais, e a inserção do bem em diferentes áreas da vida social. A proposta coloca em perspectiva o conceito de Fato Museal, cunhado pela museóloga Waldisa Rússio como um caminho para uma interlocução entre a sociedade, o poder público e os bens culturais, por meio do uso da musealização em consonância com a patrimonialização. (Bruno, 2010)

## **5.2. Projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais**

O objetivo de perguntar aos entrevistados se já atuaram em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais foi analisar em quais localidades, tipos de projeto e modalidades de equipe de trabalho atuaram; se houve captação de recursos, qual foi a modalidade do incentivo destinado ao projeto, as metodologias e referências do campo teórico e prático da Museologia empregadas, e as técnicas vindas de fora do campo museal que teriam sido utilizadas pelos profissionais em seu percurso como agentes culturais do patrimônio em Minas Gerais. Tais questionamentos são importantes para verificar de onde surgiram as demandas de intervenção no patrimônio: por parte das comunidades ou por representantes do poder público.

Com relação às cidades mineiras em que atuaram com projetos de gestão do patrimônio, os participantes 1, 2, 3, 5 e 6 afirmaram trabalhar em municípios da região central do estado, como Belo Horizonte, Ouro Preto, Sabará, Santa Luzia, Caeté e Pedro Leopoldo. Já os participantes 4 e 7 atuaram na Zona da Mata e Triângulo Mineiro, em cidades como Paracatu, Visconde do Rio Branco e São Gonçalo do Rio Abaixo. É importante destacar que essas são áreas do estado de Minas Gerais com relevância e boa pontuação do Programa ICMS Patrimônio Cultural. De acordo com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico (CPPC), cada município tem um curador dos interesses difusos para, justamente, acompanhar e atuar de forma preventiva ou punitiva na preservação do patrimônio cultural (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2019).

No que diz respeito a esses projetos, perguntou-se quais deles os participantes julgaram mais significativos para o seu percurso profissional. As principais respostas foram: participação como membro do comitê gestor de um conjunto patrimonial edificado estadual; documentação museológica de bens culturais já musealizados que necessitavam da gestão da informação para

que, enfim, pudessem ser expostos e estar em pleno processo de salvaguarda; musealização de um território para a concepção de um museu-território com temática religiosa; musealização e gestão de uma edificação histórica com temática em torno de memórias traumáticas para a concepção de um memorial.

Em média, a duração de todos os projetos foi de um ano, uma vez que são iniciativas com duração restrita devido aos recursos disponíveis para a sua realização.

Além disso, os participantes informaram que estiveram presentes nas ações profissionais como membros ou junto a membros da equipe de trabalho dos mais variados campos de atuação, como Museologia, História, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia e Arquivologia. Foi apontada, por todos os entrevistados, a importância da presença de profissionais dessas áreas nas equipes interdisciplinares, ao longo de toda realização do projeto mais significativo citado por cada um.

Inclusive, os entrevistados também citaram a falta, em muito, dos projetos em que atuaram, de profissionais das áreas de Conservação e Restauro de Bens Móveis, Pedagogia e outras correlatas dos ramos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Percebe-se que os museólogos entendem a importância de uma equipe multidisciplinar para que haja um trabalho integrado em torno do patrimônio cultural.

Quando inquiridos sobre os processos específicos da Museologia empregados nesses trabalhos/projetos mais relevantes, os participantes apontaram procedimentos como: a elaboração de um diagnóstico do acervo museológico a ser trabalhado; a produção da documentação museológica; a própria musealização e suas diferentes técnicas de reconhecimento e de institucionalização do bem cultural; e a implantação de medidas de conservação preventiva de acervos museológicos e de gestão de museus.

O diagnóstico do acervo museológico serve como técnica importante de reconhecimento da situação integral de um bem cultural que tem vocação patrimonial ou museal em um contexto de fruição, preservação, comunicação e mediação por parte da sociedade ou da atual situação da instituição perante as normas técnicas de gestão. Ao realizar um estudo especializado das características de um objeto (com aspectos materiais relevantes para a História, a ciência, a arte, a Antropologia, entre outros) ou de uma expressão artística (uma dança, música e outras manifestações da cultura popular) a Museologia pode estar presente como uma mediadora dos interesses e da construção de possibilidades que irão manter as diferentes formas em que a

cultura materializa-se ou se faz de forma imaterial, para manter viva e reafirmar a identidade cultural das comunidades com que se relacionam.

A documentação museológica também tem como função ser esse instrumento de organização da informação sobre coleções museais. Por meio do uso de sistemas de gerenciamento de dados, que podem ser criados por base de dados ou *softwares* especializados, pode-se promover o acesso ao conhecimento associado às diferentes manifestações do patrimônio cultural.

O museólogo cumpre a função social de ser o mediador responsável por apresentar à comunidade, ao poder público e a todos os interessados, o modo de se trabalhar com a memória, a cultura, a história e a identidade por meio do tratamento e da gestão da informação. Ao fazê-lo, ele pode aflorar novos significados nos itens contemplados, o sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade, e o desenvolvimento cultural, econômico e social na localidade na qual os bens estejam situados. Isso tudo alinhado com os interesses sociais de expansão de uma cidade por meio do turismo, criação de empregos, fortalecimento da educação local em parcerias com as escolas, associações de bairro, organizações não governamentais (ONG) etc. O museólogo pode ser, portanto, um agente que busca solucionar demandas para museus ou para ações patrimoniais a serem desenvolvidas *in loco*.

A construção, o desenvolvimento e a realização de planos, como o museológico, podem auxiliar na elaboração de estratégias para se gerir de forma sustentável um museu ou um bem patrimonial, de acordo com a realidade posta.

Tendo os referenciais teóricos mencionados no início deste artigo como linha condutora da pesquisa realizada e sua respectiva análise, é possível levantar a hipótese de que o perfil de atuação dos profissionais entrevistados gira em torno do trabalho de gestão e de documentação museológica. Três dos teóricos citados fundamentam conceitualmente a musealização e a sua relação com a sociedade: Manuelina Duarte Cândido, Marília Xavier Cury e Cristina Bruno são prioritariamente intelectuais que pensam a atuação pragmática dos museólogos nos processos de gestão. As teóricas Cândido e Cury escreveram manuais que ensinam processos de gestão e que estão relacionados com a formação dos entrevistados em Museologia, o que permite levantar a hipótese de que os entrevistados buscaram especializar-se na área da gestão e da documentação.

Os materiais utilizados pelos participantes foram os guias do IBRAM para planejamento e gestão de museus, e o do plano museológico, além do livro *Diretrizes da Sociomuseologia*, obras de caráter pragmático que buscam orientar o trabalho dos museólogos pelo viés comunitário, participativo e inclusivo nas comunidades detentoras do patrimônio cultural.

Acerca da documentação museológica, a participante 6 cita alguns materiais específicos para o trabalho com coleções científico-tecnológicas, como: *Catálogo de acervo técnico científico: manual do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)*, “Thesaurus para Acervos Museológicos” por Helena Dodd Ferrez e Maria Helena S. Bianchini, o *Manual de documentação de acervos museológicos do Museu da Vida* e o manual interno de documentação museológica da instituição em que atuam.

Em relação às técnicas e práticas de atuação fora da Museologia utilizadas pelos participantes, foram mencionadas diferentes aplicações. Por exemplo, o uso de estudos das áreas de Arquitetura e Urbanismo pela participante 1, que, nesse caso, utilizou-se de textos e projetos de referência do professor universitário, pesquisador e arquiteto do patrimônio cultural, Flávio Carsalade.

No campo da História da Arte, o entrevistado 2 mencionou a análise estilística de edificações e de obras de arte como forma de identificar os bens culturais edificados e arte sacra. A referência principal utilizada pelo participante foi a obra da pesquisadora Adalgisa Arantes Campos, historiadora da arte.

O participante 3 destacou o uso de técnicas da área de Ciência da Informação, Sistemas e Tecnologia da Informação por meio da recuperação da informação e do uso do Sistema de Informação Tainacan para a documentação e digitalização de acervo museológico para o ambiente digital. Além disso, técnicas de informática aplicada e de fotografia auxiliaram o desenvolvimento da ação.

O entendimento das políticas públicas e dos direitos humanos também se fez presente no projeto em que a participante 4 atuou. A entrevistada citou a importância do uso do *Manual de políticas públicas no mercosul* para memórias traumáticas e a complementação de tal reflexão por meio de textos de autores como Miriam Hermeto<sup>2</sup>, Rodrigo Pato, Andres

---

<sup>2</sup> Autora lembrada pelo entrevistado. Obra de referência: HERMETO, Miriam; AMATO, G. Mais que um dedo de prosa: os recursos da história oral contribuem para o compreender autônomo dos fatos históricos e o viver em sociedade. **Carta Fundamental**, v. 50, p. 42-45, 2013.

Zarankin<sup>3</sup>, Emílio Peluso<sup>4</sup>, referências em justiça de transição. Outras técnicas utilizadas vieram da História Oral, da Arquitetura e Engenharia por meio do Mapeamento 3D da edificação em processo de musealização e de técnicas de identificação e de diagnóstico arqueológico de bem cultural edificado.

Em relação ao trabalho de mediação feito com a comunidade em que o bem cultural está envolvido, a participante 5 mencionou o uso dos Códigos Canônicos, das cartas pastorais de recomendações de proteção ao patrimônio cultural eclesiástico, e a sensibilidade nas ações de mediação para que os saberes e conhecimentos populares pudessem ser resguardados e valorizados ao longo do processo de restauração da obra sacra. Tal ação foi permeada por diálogos com as áreas de Pedagogia e Psicologia.

A participante 6 utilizou, para a gestão e preservação de acervos fotográficos, manuais da Arquivologia e técnicas especializadas preconizadas pela Casa de Oswaldo Cruz. Em consonância com tais referenciais teóricos e práticos, o participante 7 também utilizou as técnicas arquivísticas para organização do arquivo histórico com o qual esteve envolvido ao longo da realização do projeto mencionado.

---

<sup>3</sup> Autor lembrado pelo entrevistado. Obra de referência: ZARANKIN, Andres; SALERNO, Melisa; PEROSINO, C. **Historias desaparecidas**: arqueología, memoria y violencia política. Cordoba: Encuentro, 2012. v. 1.

<sup>4</sup> Autor lembrado pelo entrevistado. Obra de referência: MEYER, Emílio Peluso Neder. Justiça de transição: um conceito em permanente reconstrução. **Nuevamérica**, Buenos Aires, v. 1, p. 26-29, 2016.

### 5.3. Captação de recursos

A captação de recursos é um desafio para os projetos culturais brasileiros, de forma geral. Os processos de incentivo à cultura, no país, passam por transformações e enfrentamentos constantes que colocam em risco a manutenção ou a perpetuação das políticas públicas de financiamento.

A Lei Federal de Incentivo à Cultura, Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, popularmente conhecida como Lei Rouanet, é uma fonte de recurso frequentemente utilizada por agentes culturais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010). Resultante do Programa Nacional de Incentivo à Cultura (PRONAC). Atualmente, essa norma configura-se como uma Lei de Incentivo à Cultura, pela qual se produz uma dedução fiscal nos impostos a serem pagos por empresas em face do patrocínio aos mais variados tipos de projetos da área da cultura. Ao lidar com esse tipo de fonte de recursos financeiros, percebe-se que a Lei Rouanet permanece atuando como o principal apoio aos projetos, inclusive no tocante às ações de gestão do patrimônio cultural. Mas, segundo estudos especializados, ainda há um longo caminho a percorrer para a descentralização e a desburocratização do Estado brasileiro em relação ao entendimento do próprio conceito de cultura, para que exista uma eficiência no investimento desse segmento no país.

Os participantes da pesquisa relataram dificuldades de acesso aos mecanismos de incentivos e mencionaram quais foram os métodos que utilizaram para alcançarem o financiamento dos projetos em que atuaram.

De acordo com os participantes 1, 2 e 3, não houve captação de recursos para os projetos em que atuaram, por serem processos com financiamento das próprias instituições museológicas. Já os participantes 5 e 7 relataram o uso de uma fonte de recurso disponível localmente: as Emendas Parlamentares, instrumento legal que autoriza vereadores, deputados estaduais e federais e senadores a destinarem parte dos recursos alocados nos orçamentos dos gabinetes das autoridades políticas a projetos e ações de interesse público (Brasil, 2021).

A participante 4 citou um outro tipo de estratégia utilizada para a captação de recursos em seu projeto de gestão do patrimônio cultural: a inserção da iniciativa no edital do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2019). O FDID-MG foi criado por meio da Lei nº 14.086, de 06/12/2001.

A participante 6 também mencionou o uso de um Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos; dessa vez, porém, mantido pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública. É importante destacar que esses dois editais são provenientes de Fundos Públicos e podem ser ferramentas estratégicas de fomento à cultura pelas esferas públicas, sendo muito úteis aos museólogos na sua atuação como agentes de cultura em diferentes cidades de Minas Gerais e do Brasil. Esses dois instrumentos de fomento à cultura mostram as possibilidades de captação de recursos quando eles escasseiam. Mas, de qualquer forma, é necessário frisar que tais possibilidades de fomento ainda são insuficientes frente à dimensão territorial do nosso país, sendo notório que os recursos públicos alcançam montantes diferentes na sua divisão entre os entes da Federação, e que os valores atualmente disponibilizados não chegam em volume suficiente nos diferentes tipos de projetos e comunidades.

#### **5.4. Formação dos museólogos em gestão de projetos de musealização e patrimonialização de bens culturais**

Segundo o Conselho Federal de Museologia (COFEM), “para se tornar um Museólogo e exercer a profissão é essencial ter a graduação ou pós-graduação – Mestrado e Doutorado – em Museologia e ser registrado em um Conselho Regional de Museologia – COREM (Lei nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984)” (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 2015). Os participantes dessa pesquisa mencionaram que são formados em Museologia pela UFMG e pela UFOP. Nesse caso, questionou-se quais eram as suas percepções a respeito da formação do museólogo para atuarem em projetos de gestão do patrimônio cultural, para que fosse possível entender como esses profissionais reconhecem a sua atuação profissional fora dos museus, assim como a potencialidade da Museologia.

Segundo a participante 1, o curso prepara de forma sensível e com viés antropológico o futuro museólogo. O participante 3 discordou completamente ao afirmar que não são preparados pela universidade para tal função e que teve de buscar fontes de conhecimento e possibilidades de especialização auxiliares. Já as participantes 4, 5 e 6 expressaram suas opiniões em um meio termo, uma vez que a participante 4 mencionou que também teve de buscar capacitação para a gestão do patrimônio cultural, mas que entende que a universidade não pode abarcar todos os conteúdos formativos do profissional da área. Ela admite, ainda, que pode ter faltado mais interesse por parte dela, quando estudante, para se aprofundar na temática.

A participante 5 compartilha desse pensamento, mas entende que a grade curricular do curso que frequentou poderia abrigar mais conteúdo da área da gestão. E, por fim, o participante 7 expressou a respeito da formação em gestão do patrimônio cultural:

Teoricamente sim. Metodologicamente, eu não sei, não sei se o nosso campo de disciplinas, o nosso ementário base do campo da museologia tem disciplinas ou tem uma formação teórico-prática que exige. Acredito que o profissional, ele tem uma base teórica, ele tem uma literatura à sua disposição, ele encontra essa formação pulverizada nas escolas de museologia, nas grades, mas ainda não com foco em gestão de projetos de musealização e de patrimonialização.

Em relação aos teóricos do campo do patrimônio estudados, a participante 1 mencionou a importância dos seguintes autores como sua base teórica: José Reginaldo Lopes, Waldisa Rússio Guarnieri, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes e Dominique Poulot. Além desses, ela citou a importância das Cartas Patrimoniais e outros documentos primordiais para o conhecimento dos conceitos, das normas administrativas e das diretrizes jurídicas e legais para a proteção, preservação e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico, em certos contextos.

Para o participante 2, é importante que os estudantes tenham contato com o campo da Gestão Cultural por meio de metodologias e práticas de planejamento estratégico e de gestão de projetos e de instituições culturais. Ele citou o trabalho da autora Maria Helena Cunha e, para questões teóricas de musealização e patrimonialização, José Reginaldo Lopes e Marília Xavier Cury.

Já para o participante 3, é significativo ler e acompanhar a execução de editais de financiamento público do Governo Estadual e de Governos Municipais para que se obtenha expertise para a criação de projetos.

A participante 4 destacou os guias práticos de gestão do patrimônio cultural criados pelo IBRAM – *Subsídios para elaboração de Planos Museológicos, Guia dos Museus Brasileiros, Subsídios para criação de museus municipais, Guia para Projetos de Arquitetura de Museus*, entre outros. Juntamente com o participante 7, ela mencionou ainda o trabalho das autoras Manuelina Duarte Cândido e Ana Cecília Rocha Veiga para ações de diagnóstico, planejamento e gestão museológica e patrimonial.

Já para a participante 5, é fundamental a participação em cursos extras para a capacitação em captação de recursos e gestão de projetos em lei de incentivo, realização de licitação, abertura de concorrência e, enfim, destinação de verba pública para a área cultural.

Por fim, a participante 6 indicou a busca por cursos na área de gestão de projetos, principalmente de capacitações, oferecidos pelo Conselho Regional de Museologia. Ambas as indicações suscitaram o questionamento de como esses profissionais entendiam a contribuição do museólogo para a promoção e o desenvolvimento do patrimônio cultural.

Ao questionarmos a presença do museólogo nas ações estratégicas de projetos em gestão do patrimônio cultural, os participantes concordaram unanimemente que os museólogos adotam abordagens diferentes de outros profissionais, no que diz respeito ao trato com o patrimônio. A partir disso, é possível evidenciar algumas conceituações sobre a função do museólogo levantadas pelos entrevistados. Para a participante 1, o museólogo pode ser entendido como um mediador dos bens culturais. A participante 6 mencionou que é um fator importante no fazer do museólogo, ao trabalhar como agente do patrimônio, o trabalho para além dos muros de um espaço tradicional do museu para que o contato com a comunidade e o bem cultural estabeleça-se de uma maneira orgânica e integrada. Por fim, o participante 7 resume o museólogo como um especialista do patrimônio, como um profissional com conhecimento técnico em diversas frentes de trabalho com o patrimônio.

Logo, ao se observar o panorama construído nas respostas dos sete participantes do estudo qualitativo, fez-se notória sua consonância na percepção da importância da atuação dos museólogos na ação patrimonial fora dos espaços museais tradicionais.

## **6. Considerações finais**

Ao serem analisadas as atuações de sete museólogos registrados na 2ª Região do Conselho Regional de Museologia, com ênfase em sua performance como agentes em projetos de musealização ou patrimonialização de bens culturais em diferentes cidades em Minas Gerais, foi possível concluir que a colaboração de um profissional desses no trabalho junto a comunidades é fundamental para que os processos de patrimonialização sejam humanizados e permeados por momentos de mediação dos diálogos, tensões e decisões frente aos órgãos públicos e instituições de preservação do patrimônio.

O conjunto de projetos citados por cada participante revela que existe a demanda pela intervenção dos museólogos, com seu instrumental específico, na salvaguarda de diferentes bens culturais, especialmente nas cidades do interior do estado. Essas frentes de trabalho podem

apresentar-se como uma alternativa para aqueles profissionais que buscam colocação ou reinserção no mercado de trabalho. Minas Gerais é um estado com mais de 853 municípios e que tem uma das maiores extensões territoriais da Federação. A necessidade de deslocamento dos profissionais entre regiões do estado pode ser um dificultador para a generalização de sua inserção em projetos dessa natureza, além da distribuição desigual dos recursos públicos destinados à cultura e ao patrimônio. Mas, como agente da cultura, da memória e do patrimônio, é papel do museólogo estar presente nas tomadas de decisões do poder público em relação a essas áreas e, também, trabalhar de forma estratégica na sensibilização com o poder público, com empresas privadas e na sociedade, com o intuito de dar apoio direto a projetos de preservação do patrimônio cultural.

De acordo com o relato dos entrevistados, existem algumas lacunas na matriz curricular das graduações em Museologia, dentro da temática da gestão de projetos do patrimônio. Porém, segundo os próprios entrevistados, a formação superior foi capaz de lhes dar uma base teórica sólida para que pudessem entender a fundamentação e as especificidades do seu trabalho, que legitimam os museólogos como especialistas em diferentes aspectos do trabalho patrimonial nos museus e no seio das cidades, possibilitando que abordassem o tema de forma original e desenvolvessem ações autônomas tanto no mercado de trabalho quanto na própria academia. Logo, é possível afirmar que os museólogos estão em busca de especialização nas áreas da gestão, da documentação e da interpretação do patrimônio cultural.

O museólogo pode ser entendido como um agente cultural que deve estar constantemente em contato com as demandas de mediação do patrimônio e com os seus pares, ou seja, colegas museólogos e demais profissionais atuantes com o patrimônio, para que tais oportunidades sejam preenchidas e atendidas de uma forma plena e integral. A consolidação da memória de um povo é um fenômeno subjetivo, articulado por muitos agentes, e que define a construção de uma identidade. A busca pela formação dessa identidade perpassa a presença de sujeitos que sejam capazes de dialogar com a comunidade, de sistematizar conceitos de preservação da cultura e do patrimônio e como aplicá-los em um contexto prático, sujeito a variáveis imprevisíveis que podem dificultar o processo. Considerando isso, faz-se necessário refletir sobre a presença do museólogo como mediador no fortalecimento cultural, social e patrimonial de um povo, pois o seu campo de estudo sinaliza que ele é o profissional capaz de englobar as questões mais medulares envolvidas nesses processos, de maneira a enaltecer a

memória e, com isso, fortalecer sentimentos de pertencimento e autonomia dos indivíduos nessas comunidades.

## Referências

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações. **Emendas parlamentares**. 16 dez. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/parcerias/nacionais-1/emendas-parlamentares#:~:text=Na%20transfer%C3%Aancia%20com%20finalidade%20definida,Plano%20Plurianual%20\(PPA\)%202020%202D](https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/parcerias/nacionais-1/emendas-parlamentares#:~:text=Na%20transfer%C3%Aancia%20com%20finalidade%20definida,Plano%20Plurianual%20(PPA)%202020%202D). Acesso em: mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais**. 2 ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Formas de humanidade: concepção e desafios da musealização. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 9, n. 9, p. 55-73, 1996.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Waldisa Russio Guarnieri: reflexos de uma trajetória profissional. *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 20-32.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. Memórias clandestinas e sua museificação. **Memórias Clandestinas e sua Museificação**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

CHAGAS, Mário. Museu e patrimônio: narrativas e práticas socialmente adjetivadas. *In*: BARROSO, Gustavo; FREYRE, Gilberto; RIBEIRO, Darcy. **A imaginação museal: museu, memória e poder**. Rio de Janeiro: MINC/IBRAM, 2009. p. 31-63.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA. **Como surgiu o Conselho Federal de Museologia?: um breve histórico**. 2015a. Disponível em: <https://cofem.org.br/aceso-a-informacao/institucional/carta-de-servicos/3-sobre-o-sistema-cofem-corems/3-1-como-surgiu-o-conselho-federal-de-museologia-um-breve-historico/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA. **Registro e cadastro**. 2015b. Disponível em: <https://cofem.org.br/registro-e-cadastro/formacao/>. Acesso em: jan. 2022.

CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. *In*: MAST. **Museu e museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro, 2009. p. 25-41. (MAST Colloquia, n. 11).

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: MinC. Iphan, 2005.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Sistema da Museologia. 1983. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.127-136.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens tombados**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: mar. 2023.

INSTITUTO ESTADUAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. **ICMS Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/icms-patrimoniocultural#o-que-é>. Acesso em: 07 abr. 2020.

JULIÃO, Letícia; GARCIA, Luiz Henrique; SABINO, Paulo Roberto. O curso de Museologia da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. esp., p. 1-8, out./dez. 2015.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – FUNDIF**. 2019. Disponível em: <https://social.mg.gov.br/direitos-humanos/fundos/fundo-estadual-de-defesa-dos-direitos-difusos-fundif>. Acesso em: jan. 2022.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **O que é a lei de incentivo à cultura**. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/funarte/pt-br/incentivo-e-apoio-a-arte/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac#:~:text=1%2D%20O%20que%20%C3%A9%20a,todas%20as%20regi%C3%B5es%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: mar. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. REUNI. **Reestruturação e expansão das Universidades Federais**. 15 mar. 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: abr. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Patrimônio Cultural MPMG**. Coordenadoria de Patrimônio Cultural. 2019. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/areas-de-atuacao/cidades-e-meio-ambiente/patrimonio-cultural/> Acesso em: mar. 2022.

MUSEALIZAÇÃO. In: DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. ICOM, ICOM-BR: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2013. 100 p.

MUSEU. In: DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. ICOM, ICOM-BR: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2013.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Org.). **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo**: mesa redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília: IBRAM/MinC, 2012. Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2018/10/publicacion-mesa-redonda-vol-i-pt-es-en.pdf>.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

SCHEINER, Teresa, GRANATO, Marcus, REIS, Maria Amélia (Coord.). Termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. *In: ENCONTRO REGIONAL DO ICOFOM LAM*, 21., 2012, Petrópolis. **Textos** [...]. Rio de Janeiro: PPG-PMUS, UNIRIO/MAST, 2012.

SILVA, Sandra Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Aurora**, Marília, ano 5, n. 7, p. 106-113, jan. 2011. Disponível em:  
<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/9silva106a113.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396–1416, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

TRAMPE, A. Recuperando um tempo perdido. *In: NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Org.). Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo*: mesa redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília: IBRAM/MinC, 2012. Disponível em:  
<http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2018/10/publicacion-mesa-redonda-vol-i-pt-es-en.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Museologia**. 2023. Disponível em:  
<https://museologia.ufop.br/hist%C3%B3rico>. Acesso em: mar. 2022.

Artigo submetido em: 18 out. 2022

Artigo aceito em: 22 maio 2023